



# ESPACIALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DE MATO GROSSO

---

Gabriella Matos Santiago  
*Universidade Federal de Mato Grosso*

Onelia Carmem Rossetto  
*Universidade Federal de Mato Grosso*

Giseli Dalla Nora  
*Universidade Federal de Mato Grosso*

## Resumo

O trabalho realizado teve como objetivo geral de verificar a atuação do grupo socioterritorial Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em Mato Grosso/Brasil. Tendo como objetivos específicos a verificação dos municípios onde houve atuação do movimento, averiguando se as atividades são efetivadas como proposta de luta, se o grupo consegue atender e fixar os assentamentos por meio da luta pela terra. Dessa maneira, situar a população da importância do movimento ao longo dos anos, apontando as qualidades e benfeitorias que resultam das manifestações e refletem para toda a sociedade, a partir do reconhecimento fortalecer o movimento. A metodologia tem propósito de validar a discussão com o referencial teórico, análise do banco de dados da luta pela terra – DATALUTA e entrevistas semiestruturadas. Os resultados comprovam a atividade crescente do MST no estado, principalmente nos municípios onde ocorre concentração fundiária; identifica os anos que acontecem aumento e redução de protestos, o que permite investigação do fato e confronto com os eventos atuais de disputas de ideologias políticas.

**Palavras-chave:** Movimentos Socioterritoriais; Luta Pela Terra; Reforma Agrária.

# ESPACIALIZACIÓN DE LA ACTUACIÓN DEL MOVIMIENTO NACIONAL DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA EN EL ESTADO DE MATO GROSSO

---

## Resumen

El trabajo celebrada logrado conel objetivo general de comprobarlaatuación del grupo socioterritorial Movimiento de losTrabajadoresRurales – MST en Mato

Grosso – Brasil. Teniendo como metas específicas la verificación de los municipios donde había acción del movimiento, averiguación si la actividad es o no efecto como propuesta, si el grupo llega a la efectivación en los asentamientos por medio de la lucha por la tierra. De esa manera, situar la población de la importancia del movimiento al largo de los años señalando las cualidades y mejoras que es resultado de las demostraciones y refleja a toda sociedad, desde el reconocimiento fortalecer el movimiento. La metodología tiene propósito de validar la discusión con el referencial teórico, análisis de la base de datos de la lucha por la tierra – DATALUTA y entrevista semiestructurada, Los resultados demuestran la actividad creciente del MST en el estado, principalmente en los municipios donde ocurre concentración de la tierra. Identifica los años que sucede el aumento e disminuye los protestos, lo que permite la investigación de los hechos y la confrontación con los eventos actuales de ideologías disputas políticas. Identifica los años que pasan aumento y la disminución de las protestas, que permite la investigación de los hechos y la confrontación con los eventos actuales de ideologías disputas políticas.

**Palabras clave:** Movimientos socioterritoriales; Lucha por la tierra; La Reforma Agraria.

## INTRODUÇÃO

A luta pela terra busca ao longo da história do Brasil a Regularização Fundiária. Nesse contexto, vários grupos foram criados, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A questão fundiária em escala global passou por momentos históricos conturbados, em que apenas um homem queria dominar todo um território, ocasionando guerras, mortes e processos de reconstrução. Neste período já se sabia que a posse de terra significava acesso aos meios de produção. Que quem dominasse mais territórios teria o poder, de mercado, fluxos, etc.

Na América Latina, a questão fundiária perpassa pelo processo de industrialização do campo; com atuação de empresas multinacionais que impõem um modelo de produção de alimentos, nestes, é necessária maior quantidade de áreas para que se possa produzir em extensa escala. Assim, os capitalistas buscam aumentar seus latifúndios, enquanto os pequenos produtores perdem território. Os movimentos socioterritoriais são formados no momento em que a perda do território passa a não ser opção aos pequenos produtores. Os manifestantes entenderam que sozinhos não alcançariam resultados, uniram-se então sob a bandeira camponesa-campesina, para assim disseminar informações sobre os interesses e as manifestações para o grande público e assim promover solidariedade de classes.

No Brasil, como em toda a América Latina, há grande concentração de terras, em que a maioria de pessoas tem poucas terras e poucas pessoas têm muitas terras. Na constituição de 1988 foi garantida a reforma agrária, uma conquista para os

camponeses brasileiros que perdiam territórios ininterruptamente. Porém, não houve aplicação da conquista, permaneceu em lei. Houve inúmeras tentativas de formação de grupos para exigência de aplicação, eram grupos políticos que se organizavam em manifestações, protestos e outros, mas o governo era pressionado também pelo grande capital, portanto mais fortes economicamente e garantiram a continuação do modelo vigente. Para que isso ocorresse houve massacre de líderes contra a gestão, abalando assim os movimentos, mas a ideia já existia. Com o passar dos anos iniciaram novas formações, derivadas das anteriores. Entre os grupos, o MST tem se destacado no campo nacional, conta com intelectuais e estudiosos da Questão Agrária no Brasil e no Mundo. Este movimento tem como base a formação de lideranças com forte posicionamento político. Sua organização horizontal é feita para que não haja desvios de recursos ou de conduta de seus participantes, suas conquistas são voltadas tanto para quem não possui a terra como meio de sobrevivência, mas principalmente para os camponeses, que retiram da terra seu modo de vida, de sobrevivência, de cultura e de reprodução.

O principal objetivo do trabalho é espacializar as conquistas da luta pela terra. Tem como importância a visualização da efetividade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Mato Grosso. E com os resultados que serão disponibilizados, fortalecer o Movimento.

Este trabalho é feito para mostrar a dimensão de atuação do movimento socioterritorial MST no Estado de Mato Grosso, sua relação com o período histórico e seu envolvimento político, sua influência para a conquista e permanência de famílias nos assentamentos, o processo e forma de luta usada pelo movimento e seu profundo envolvimento na questão agrária brasileira.

## **METODOLOGIA**

A investigação realizada para a discussão neste trabalho foi de revisão de bibliografia para melhor compreensão da questão agrária até a atualidade e como o MST participa desta história, de que forma se desenvolveu no Brasil e no Estado de Mato Grosso.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi usada a metodologia do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA). Na rede DATALUTA – Brasil é feito o levantamento de dados secundários a partir de jornais, revistas e outros; utilizam-se também os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que podem ser primários ou secundários. O DATALUTA Brasil é responsável por unir as tabelas de todas as unidades federativas, ou seja, eles recebem os arquivos, checam os dados para não haver repetição e redistribuem para que sejam feitas as análises e gerados os relatórios estaduais. Os dados primários são obtidos *in loco*, durante os eventos. Os secundários são retirados de meios de divulgação, jornais online, impresso.

O DATALUTA é realizado em Mato Grosso pelo Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade, o grupo é responsável pela coleta de

dados secundários, para isso é feito o levantamento de notícias nos três principais jornais estaduais, sendo eles, o Diário de Cuiabá, A Gazeta e Folha do Estado.

Após o tabelamento, as notícias são enviadas para o grupo Núcleo de Estudos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), onde são incorporadas ao DATALUTA – Brasil.

As tabelas de Base Geral do DATALUTA utilizadas são as que trazem dados sobre manifestações e ocupações. Em manifestações, com intervalo de 2000 a 2014, há os campos de análise, macrorregião, unidade federativa, código do município, situação do código do município, manifestações, tipo de manifestações, reivindicação, local/manifestação, número de pessoas, nome da organização, data, característica da manifestação e fonte. A tabela de Ocupações possui intervalo de 1988 a 2014, nela há os campos de região, unidade federativa, código do município, município, nome da área, ocupação, número de famílias, nome do movimento social, data da ocupação e fonte.

Para os mapas e gráficos sobre as manifestações, primeiramente, foi realizado um filtro para delimitar os campos para serem utilizados na região de Mato Grosso, nome da organização MST, manifestações e número de pessoas. E para os dados de ocupações utilizou-se filtro para os campos na região de Mato Grosso, nome do movimento social MST, ocupação e número de famílias.

A sistematização dos dados da estrutura fundiária é realizada utilizando os dados da base do INCRA. Anualmente a pesquisa é fechada com o Relatório DATALUTA, composta por tabelas, gráficos e mapas que compõem seus resultados e os resultados servem de base para a confecção no Atlas da Questão Agrária Brasileira, que tem participação do DATALUTA/MT. As conclusões podem ser encontradas no site do projeto de pesquisa, no link de publicação no site [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera).

Em conjunto com os dados quantitativos, para melhor esclarecimento, foi realizada uma entrevista semiestruturada junto à Secretaria do MST em Mato Grosso, onde o entrevistado respondeu questões referentes à sua história antes do envolvimento com o movimento e depois de estar envolvido com o mesmo. A entrevista tem como finalidade entender a dinâmica do movimento, suas formas para desenvolver a luta, a preparação das famílias antes, durante e depois da conquista.

Boni e Quaresma (2005) definem como vantajosa a entrevista semiestruturada, pois são as respostas mais abrangentes, considerando que os entrevistados aceitam com mais facilidade falar sobre um determinado tema. Podem ainda responder com mais naturalidade futuros questionamentos que surgirem durante a entrevista. “As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa” (BONI; QUARESMA, 2005).

A partir da análise dos dados do Banco de Dados DATALUTA, com a elaboração dos gráficos e mapas, juntamente com a análise da entrevista, serão feitas as considerações do trabalho.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Movimento Social e Movimento Socioterritorial

Os movimentos sociais e/ou socioterritoriais são frutos de interações desiguais na sociedade. Cada movimento tem um objetivo que o diferencia. Porém, ambos compartilham de sentimentos de injustiça em relação à diferenciação de classes. Têm como fator de união a indignação. Esses movimentos ganham espaço na política, passam a ser ouvidos e percebem que juntos conseguem a atenção que precisam. Todos querem ser ouvidos, cada um tem sua particularidade. Esta é responsável pela caracterização e identificação dos grupos.

O conceito defendido por Gohn (2011) define como movimento social os grupos que têm “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011). Unificam os movimentos, não diferenciando seus objetivos. Fernandes (2005) se concentra nas diferenças dos diversos movimentos, colocando que o termo utilizado determina que uma vez que esses movimentos têm o território como trunfo, isso faz dele socioterritorial. Os que não se interessam no território, mas querem dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, ele denomina de movimento Socioespacial.

### Histórico da Questão Agrária no Brasil e em Mato Grosso

O Brasil foi colonizado por portugueses em meados dos anos 1500. Os portugueses tinham esperança de encontrar metais e pedras preciosas, porém, não encontraram e começaram a explorar o que havia em maior abundância no novo mundo, o ambiente natural. Assim, iniciaram com agricultura e pecuária “os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária subordinada, em ambas há posse fundiária” (PRADO JR. 2017, p. 17).

Rossetto & Souza (2005, p. 111) contam que as sesmarias foram implantadas no Brasil “[...] a partir de 1532 e em Mato Grosso a partir de 1727” apenas no século XVIII. Os colonos viram a potencialidade agrícola e demarcaram o litoral em sesmarias, estas eram grandes áreas que deveriam ser usadas para plantio de alimentos que seriam exportados para a Europa. Cada sesmaria ficou sob responsabilidade de uma família que respondia diretamente à Coroa Portuguesa, estes foram chamados de colonos. Eles encontraram dificuldade em trabalhar em tamanha área, buscando assim dominar de alguma forma os habitantes naturais da terra, os indígenas. Foram encontradas diversas dificuldades para trabalhar com os nativos, entre elas, mortes por doenças trazidas da Europa. Assim começaram a comprar trabalhadores negros trazidos da África, que eram vendidos como escravos em todo o mundo na época. Foi essa a solução encontrada para a falta de mão de obra no trabalho braçal nas grandes fazendas.

Para colonizar o novo mundo, foram concedidas grandes extensões de terra para que o colono pudesse desenvolver a agricultura e assim ter uma nova forma de exploração. Contudo, por serem grandes áreas, tornou-se de difícil o acesso até

para o responsável por elas. Aproveitando-se da mão de obra escrava conseguiram adentrar ainda mais os territórios consolidando a colônia portuguesa.

Para que esse modelo vigorasse, fizeram de pessoas escravos. Eles foram explorados até o esgotamento, foram negadas condições básicas de vida, para que o modelo agroexportador e explorador fincasse raízes e mais um continente estivesse à disposição das colônias.

A concessão de terras permitiu que uma única pessoa tivesse autoridade sobre uma grande área, desde que esta tivesse condições de manter e produzir sobre ela, que já tivesse posses. Assim, com a criação das sesmarias se iniciou também a concentração de terras por parte de quem tem poder monetário, os grandes fazendeiros.

Nesse período a sociedade era formada por índios, negros escravos, negros libertos e uma parcela de brancos pobres e todos eles tinham alguma relação de trabalho com os fazendeiros nas produções das fazendas. Para Silva (1982, p.23), alguns poucos que tinham pedaços de terra plantavam e vendiam os produtos em feiras, iniciando assim a pequena produção. Porém, como vemos em Rossetto & Souza (2005, p.113), as sesmarias e o sistema de posse gratuita sofreram alterações com a lei de terras em 1850.

Com a lei criada em 1850, que proibia o tráfico de pessoas para trabalho escravo,

[...] “Lei Eusébio de Queirós”, foi criado o sistema assalariado no Brasil. Assim, o sistema de sesmarias, que havia sido suspenso, mas continuava existindo no “Direito Costumeiro”, os grandes proprietários começaram a se preocupar com os libertos, com os migrantes pobres e com os pobres locais, “visto que qualquer homem livre podia requerer o direito ao uso da terra”. A Lei de Terras foi a “solução *encomendada* pela elite agrária”, ela regulamenta o acesso à terra mediante pagamento em dinheiro para a Coroa (SILVA, 1982, p. 22).

Assim, foi feita toda a preparação para a liberação da mão de obra escrava e para a nova forma de trabalho assalariada. Nesse período, ... foi pensada a lei de terras que estabelecia o fim da apropriação de terras: nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do estado (SILVA, 1982, p. 25).

No momento em que o mundo passava a proibir o uso de mão de obra escrava, no Brasil a riqueza era medida através da quantidade dos mesmos. Os donos de escravos não poderiam ‘perder sua riqueza sem nada em troca’ e a lei de terras foi

feita pensando nesses senhores, ela “representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias” (STÉDILE, 2011, p. 283). As terras até esse momento eram concedidas pela Coroa Portuguesa às famílias com mais dinheiro, para que plantassem e exportassem para a Europa. Com a lei de terras, a partir de 1850 a terra passou a ter valor e assim poderia ser comprada ou vendida,

ao mesmo tempo em que normatizava o domínio do capital sobre esse bem da natureza, como impedia os pobres, os futuros ex-trabalhadores escravizados que saíam da escravidão, de se transformarem em camponeses, ou seja, em pequenos proprietários de terra. A lei é claríssima. As terras públicas poderiam ser privatizadas desde que o comprador tivesse dinheiro, que pagasse à Coroa (STÉDILE, 2011, p. 284).

Após a abolição da escravidão no Brasil, no ano de 1888, incentivou-se a migração de camponeses europeus pobres, para a realização do trabalho que deixa de ser escravo e passa a ser assalariado. Os camponeses resultaram de ex-escravos (negros e índios) e dos colonos pobres europeus, que por não terem terras disponíveis para compra na região litorânea do país, adentraram o Brasil em busca de terras para melhores condições de sobrevivência.

essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” (STÉDILE, 2005, p. 23).

Assim se formou o camponês no Brasil, através de luta e de busca da reprodução de seu estilo de vida no campo. Recapitulando, a forma em que se deu a colonização no Brasil foi exploratória, assim as relações se desenvolveram todas

neste sentido. Primeiro com a busca por jazidas de minérios preciosos, depois com a dominação de nativos para implantação do modelo agroexportador e ainda com a importação de mão de obra escrava para isso. Posteriormente, foi decretado que não poderia haver tráfico negreiro e o império português, sob pressão da burguesia rural, criou a lei de terras que protegeu o interesse dessa minoria.

Mesmo com a Proclamação da República em 1889, o camponês passou por dificuldades, no reconhecimento de categoria e no mantimento de sua cultura de viver para produzir e produzir para viver. A partir deste momento histórico, os grandes proprietários, que já possuíam poder econômico, passam a ter também poder político.

Com essa nova configuração os proprietários de grandes áreas passam a decidir a distribuição do auxílio governamental através dos programas de incentivos fiscais e, assim, consolida a economia nacional pela base rural e os latifundiários se fortalecem como classe. O fato de movimentar a economia é utilizado por essa bancada como justificativa para todo o descaso contra os pequenos proprietários e outras comunidades fragilizadas historicamente.

Na Constituição de 1981, foram criadas medidas de fortalecimento da elite agrária local, em que o Estado-nação transfere para os Estados o poder de venda de terra (SILVA, 1982, p. 22).

Nesse contexto incrementou-se o aparato legal, com a criação e sanção da primeira Lei de Terras de Mato Grosso (Lei nº24), em 16 de novembro de 1892, assim como com a fundação da Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, primeiro órgão estadual responsável pela questão de terras. Essas medidas, apoiadas pela legislação que possibilitava a transformação das cartas de sesmarias em títulos de propriedade e a anexação de terrenos contíguos a estas, colaboraram para o aumento dos latifúndios (SILVA, 1982, p. 23).

A questão agrária começa a ser considerada entrave ao desenvolvimento em 1940, permitindo assim o debate político com a participação da sociedade (SILVA, 1982, p. 24).

A redemocratização do país, em 1945, criou condições para que a palavra de ordem 'reforma agrária' pouco a pouco se configurasse como sintetizadora de diversas reivindicações embutidas em diferentes formas de



tensões sociais existentes no meio rural. Trazida ao campo pelos comunistas que, nesse momento, passaram a investir no conhecimento das condições de trabalho e na organização dos trabalhadores rurais, com o objetivo de dar consistência social à fórmula da revolução 'democrático-burguesa (MEDEIROS apud SILVA, 1982, p. 24).

Entre 1945 e 1957 houve muitos conflitos envolvendo os camponeses, neste período surgiram as primeiras Ligas Camponesas, nos estados de Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, porém, deixaram de existir pouco tempo depois. Em 1954 houve o estímulo de criação de sindicatos e associações dos lavradores em várias regiões por partidos comunistas (SILVA, 1982, p. 28).

Com incentivo de modernização no Brasil e com o avanço tecnológico da agricultura, houve o aparecimento de um proletariado agrícola que vende, em troca de salários, sua força de trabalho ao fazendeiro (SILVA, 1982, p. 29). Esse fato consolidou um modelo econômico excludente e um modelo político de democracia precária e não participativa. Essa situação provocou o êxodo rural e o inchaço de cidades – e como resultado neste mesmo ano surgiu os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (SILVA, 1982, p. 29).

Logo depois disso,

As Ligas Camponesas ressurgiam oficialmente nesse mesmo ano de 1954 e expandiram-se para Pernambuco, Paraíba, Alagoas e para mais 13 Estados brasileiros, incrementados pela luta por uma reforma agrária mais radical. Adotaram o lema “reforma agrária na lei ou na marra” (p.29). Perdurou até o ano de 1964, quando se intensificou a repressão aos movimentos camponeses com o golpe militar e as Ligas Camponesas acabaram sendo colocadas na ilegalidade (SILVA, 1982, p. 30).

A partir da década de 1964, houve muitos processos de construção de estradas no Brasil Central e as construtoras foram incentivadas a expulsar os posseiros e índios das áreas onde passariam as obras.

Para incentivar a permanência no Centro-Oeste o governo disponibilizava, para quem desbravasse essa região, linhas de crédito rural, construção de estradas vicinais, incentivos às pesquisas agropecuárias em cerrados, entre outras medidas. Iniciou, assim, a industrialização do campo em Mato Grosso. Ainda houve o

financiamento de 94 projetos que beneficiavam empresas nacionais e multinacionais de vocação latifundiária. Esse incentivo de modernização da agricultura no cerrado inseriu modernas tecnologias de correção do solo visando o aumento da produção e do lucro gerando maior acúmulo de capital (SILVA, 1982, p. 31).

Nesse período, o estado de Mato Grosso é caracterizado pela apropriação de grandes áreas pelos latifúndios, implantação de colonizadores privados no Norte do estado, por pequenos e médios produtores, que sofreram com a falta e/ou precariedade de infraestrutura, continuidade e aceleração dos fluxos migratórios, no primeiro momento e posteriormente sua redução, houve também a parcial modernização agrária, o que agravou as questões sociais no campo (NASCIMENTO apud SILVA, 1982, p. 32).

Em 1964 ocorreu o golpe militar que, segundo Stédile (2005), os militares tomaram o “poder da oligarquia rural e exportadora” e impuseram “um novo modelo econômico [...] de industrialização. Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria” (STÉDILE, 2005, p. 30).

O novo modelo imposto foi vantajoso para uma pequena parcela da população rural que aceitou essa mudança e se beneficiou ainda mais com a chegada de tecnologia no campo. Os agricultores viram como oportunidade de aumento de ganhos e de terras. “A modernização da agricultura brasileira através da incorporação das técnicas de produção baseadas na revolução verde significou, mais uma vez, a legitimação do latifúndio, através da ampliação de sua produtividade” (MOREIRA, 2012, p. 22).

Ainda segundo Stédile,

As elites políticas [...] fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (STÉDILE, 2005, p. 32).

E mostra também como a modernização do campo interviu na desigualdade no setor:

Com esse modelo, começa a surgir também uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que procura modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno. Nasce com o cultivo do trigo, no Sul, e com a cana, o café, o algodão e outros produtos, também para o mercado interno. Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem à indústria (STÉDILE, 2005, p. 35).

No período do governo militar houve a industrialização do campo. Para Silva (1982, p. 25), ela se deu vagarosamente no Brasil e precisou da intervenção do Estado em vários momentos para que se consolidasse. Essa intervenção, no primeiro momento, deu-se com o aumento de taxas de importação, assim foram criados os setores industriais de base necessários. No segundo momento, sua atuação foi com incentivo ao mercado, para que os produtos manufaturados no país tivessem demanda.

A industrialização do campo tem diversas consequências, entre elas, o aumento de sua área. Para que isso ocorra, os pequenos proprietários têm de sair do campo e ir para as cidades em busca de novas oportunidades – muitas vezes não encontram trabalho, com isso notamos aumento da criminalidade entre outras situações por causa do despreparo das cidades para esse novo fluxo de pessoas. Com o aumento das áreas para a agricultura são necessários mais trabalhadores, porém, com a utilização de máquinas se reduz a quantidade de mão de obra necessária para a execução do trabalho. Assim com o aumento dos latifúndios há aumento de população pobre nas cidades.

Sabe-se que o campesinato é responsável pela variedade de alimentos na mesa da família brasileira. É de conhecimento que os latifúndios produzem em *commodities*, que significa que se produz muito de apenas um produto. Portanto, entende-se que com a diminuição dos minifúndios diminuem a variedade e quantidade de alimentos.

Então, na década de 1960 o desenvolvimento no campo brasileiro teve o papel de “fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e também submeter o processo produtivo ao capital” (MATOS; PESSÔA, 2014). Com esta tecnificação, os trabalhadores manuais perderam sua função e os pequenos produtores perderam espaço no campo, que estava sendo comprado

pelos grandes proprietários para ampliar sua área de plantio e conseqüentemente sua produção e renda. Balsan (2006) analisa que:

o desenvolvimento econômico tem demonstrado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo. [...] O progresso técnico não está uniformemente difundido.

Matos & Pessôa (2014) observam que o Estado teve papel ativo nesse período, favorecendo o latifundiário com incentivos fiscais e de crédito, consolidando a modernização no campo e permitindo assim a permanência e expansão do agronegócio. Para Silva (1982, p. 27), houve maior incentivo à industrialização no Brasil. As formas de importação eram dificultadas ou interrompidas, para que fossem utilizados os produtos nacionais. “As transformações no campo, [...] inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios” (BALSAN, 2006).

Silva (1982, p. 28) coloca que os estudos feitos serviam para “mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente concentrada era *limitante* ao processo de industrialização do país”. Balsan (2006) afirma que a mesma modernidade que está com fácil acesso para um pequeno grupo social rural, deixa o outro, a maioria dos agricultores familiares, excluídos dessa modernização. E diz ainda:

É esta categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável, quando refletimos sobre a ideia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência (BALSAN, 2006, p. 57).

Com o discurso dos autores citados, observamos que o camponês é excluído pelo grande capital, pelo latifundiário – e o restante da sociedade segue esse mesmo modelo, reproduz o mesmo discurso, ainda que descendentes dos camponeses, e

ainda com herança da cultura camponesa se esquece de que a luta é contínua e de todos.

O camponês saiu do campo para dar espaço ao latifúndio, que produz em *commodities* e precisa de cada vez mais áreas para produzir para exportação, deixa de lado alimentos básicos e necessários para a população interna. Os pequenos produtores foram para as cidades trabalhar nas indústrias.

Graziano apud Balsan (2006) mostram que a estrutura fundiária favorece aos grandes produtores e deixa cada vez mais inacessível para os pequenos: “A estrutura fundiária evolui em um sentido concentrador e excludente, dificultando, qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais brasileiros” (GRAZIANO DA SILVA, 2000 apud BALSAN, 2006, p. 24).

Amstalden (apud BALSAN, 2006) demonstra o resultado do descaso com a maioria dos trabalhadores rurais em,

[...] o aumento generalizado da pobreza no campo pode ser visto como resultado do processo de modernização, pois a expansão da grande propriedade com a mecanização e utilização de agroquímicos diminui a necessidade de mão-de-obra permanente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores volantes (bóias - frias) veem sua oferta de trabalho diminuir cada vez mais e acabam se sujeitando a duros turnos no campo por diárias cada vez mais irrisórias (AMSTALDEN apud BALSAN, 2006, p. 71).

Nesses trechos vemos que a atual situação do camponês é um reflexo da modernização do campo, em que está sujeito ao governo; este tem uma bancada rural forte e se interessa apenas nos próprios interesses, excluindo os trabalhadores pobres, braços das políticas públicas.

Para Oliveira (2007), a concentração fundiária é o que expulsa os camponeses do campo, não permitindo sua sobrevivência e fazendo com que procurem nas cidades melhores condições, que não são atendidas e passam, então, a formar o exército reserva. Rossetto & Souza (2005, p. 129) mostram que mesmo havendo a criação de assentamentos “[...] a precariedade generalizada da infraestrutura prevalecente nos assentamentos compromete a qualidade de vida e a melhoria da base econômica”.

No contexto deste Brasil que apoia a agricultura, e que tira das mãos de trabalhadores rurais sua forma de sobrevivência, nasce as organizações sociais que têm por objetivo denunciar e lutar com o agronegócio e a desapropriação de terras

para a formação de assentamento de famílias e políticas públicas de desenvolvimento da agricultura camponesa (RIBEIRO; JUNIOR, 2011, p. 34).

Fernandes (2011, p. 56) diz que os sem-terra “nunca separaram a luta pela conquista da terra das lutas de resistência na produção agropecuária, agroindustrial, de comercialização e outras. Para os sujeitos que as acionam, elas integram o mesmo processo de organização política e não se dissociam”.

Para Silva (1982, p. 92) a reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra, é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e a cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade.

A luta do movimento é contínua e

[...] se por um lado o modelo do agronegócio avança e transforma o campo latino-americano, intensificando os padrões de produção e acumulação capitalista na agricultura, criando um paradigma de tecnificação através da mecanização, da biotecnologia, de insumos químicos e poupador de força de trabalho; em contrapartida os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais se organizam e respondem com mobilização e resistência (RIBEIRO; JUNIOR, 2011).

Entre tantos trabalhos relacionados ao tema e ao histórico do MST em Mato Grosso, optou-se por utilizar a historiadora Silva que defendeu sua dissertação sobre o tema em 2000. Segundo a autora, em 1982 e 1983 em reuniões era pensada a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), e teve como um idealizador do movimento o Bispo Dom José Gomes, no Estado de Santa Catarina, definindo objetivos e formalizando o movimento.

Para a autora, a fundação do MST se deu no evento denominado I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel - PR. “Na ocasião, a palavra de ordem era ‘Terra para quem nela trabalha’ e ‘Terra não se ganha se conquista’” (SILVA, 1982, p. 34).

A primeira organização do movimento em MT foi em 1985, no município de Jaciara. Ocorreram discussões sobre a Reforma Agrária no Estado e desencadeou em manifestações e uma caminhada em direção a Cuiabá, no segundo semestre de 1986. De 1989 a 1994, quase não houve assentamentos, pois havia aumentado a repressão contra os movimentos populares e sindicais, pelas forças policiais e poder jurídico. Em 1993 e 1994, houve a articulação entre o movimento rural com os centros urbanos, foram realizadas jornadas, caminhadas e ações nas capitais,

com o objetivo de chamar atenção para a questão agrária e a conscientização da sociedade em geral. No Congresso de 1995, o movimento queria conquistar adeptos nos centros urbanos e o lema utilizado foi “Reforma Agraria é uma luta de todos”, conseguiram com isso uma mudança na Constituição. O então presidente, Fernando Henrique Cardoso, passou considerar como conflito social e houve muitas mortes de sem terras. Nesse mesmo ano, o MST se inseriu no estado de Mato Grosso.

O MST se iniciou no estado primeiramente no município de Rondonópolis, com apoio da Igreja Católica, Centro de Direitos Humanos, alguns professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e por partidos políticos de esquerda, dentre outros simpatizantes. A primeira ocupação em Mato Grosso ocorreu na Fazenda Nova Aliança, situada no município de Pedra Preta, na noite de 14 de agosto de 1995 (SILVA, 1982, p. 55).

Para Oliveira (2007, p. 86), entre os movimentos sociais rurais o que se evidencia é o MST, que tem como forma de manifestação “debates, reflexões, análises de conjuntura e balanços de conquistas e retrocessos, encaminhados em seus espaços de socialização política (eventos de formação, encontros regionais ou nacionais, trabalhos de base, reuniões em acampamentos e assentamentos etc.)” – tendo maior participação em manifestações, como Ribeiro e Junior (2011) destaca, “o MST comparece como mais atuante dentro desse perfil de mobilização política, participando em 49 % das manifestações” (RIBEIRO; JUNIOR, 2011). E mostra que o interesse do grupo não é individual em:

[...] o discurso de integrantes do MST busca reforçar a ideia de que os projetos e as iniciativas que defendem são de interesse social, ou seja, visam alcançar um conjunto amplo da sociedade brasileira, e não só os sem-terra, os assentados e os movimentos sociais rurais. Ora, distribuição de renda, geração de empregos no campo, estímulo a economias locais, diminuição de problemas sociais nas cidades, oferta de alimentos à população, preservação e sustentabilidade ambiental são ganhos sociais apontados pelo MST, como alcançáveis mediante uma política efetiva de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura camponesa, em conjunto com outras reivindicações e outros projetos políticos da classe trabalhadora (RIBEIRO; JUNIOR, 2011, p. 88).

Visam o atendimento de direitos de toda a população brasileira e não apenas dos movimentos sociais rurais ou urbanos, do bem-estar e dignidade de todos. Os movimentos sociais entendem que utilizando esses artifícios têm enfoque e continuam visíveis, tendo assim suas necessidades e reivindicações atendidas.

Conhecer a história dos movimentos sociais nos faz visualizá-la de uma forma diferente do que é relatado nas mídias. Entender como se iniciou e comparar com os dias atuais é de extrema importância para que possamos entender suas reivindicações e para podermos interpretar as notícias, colocando os pesos certos nas informações geradas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em análise ao banco de dados, observamos que o MST tem significativa participação nas manifestações socioterritoriais em Mato Grosso nos últimos anos. Para utilizar a luta de forma eficaz, faz-se algumas frentes de atuação, como ocupações – a principal forma de luta do movimento são manifestações que servem para garantir meio de permanência e sobrevivência depois de conquistada a terra.

Em entrevista realizada junto à Secretaria Estadual do MST, o diretor estadual esclareceu a organização do movimento. Desta forma, conhecemos um pouco mais sobre a funcionalidade, decisões e aplicação de suas formas de luta.

Em síntese, o MST é organizado de forma horizontal para que não haja desvios de conduta, de recursos e nem centralização de conhecimento, assim são formadas diversas lideranças, sendo que, se um se desviar ou for retirado por diversos fatores, outro poderá assumir sem mudança de objetivos, de visão.

[...] devem se organizar de maneira horizontal, porque a verticalização organizativa, ela produz vários desvios interno, entre desvio de personalismo, individualismo, da presidência, os movimentos presidencialistas, geralmente, ele tende ao presidente, a organização, corre vários riscos, de ser preso, ser assassinado, ou usar a organização pra interesses particulares, um outro problema, não forma mais gente, porque o presidente ocupa o espaço que todos deveriam ocupar, então, nós aprendemos com diversas organizações, que nós precisamos ser um movimento diferente, na forma de organizar, de tomar decisão (Entrevista realizada no dia 07 de março na secretaria do MST/MT).

O movimento é dividido por setores, em cada setor há as lideranças, como foi citado pelo entrevistado (V. C. 2016), o “setor de frente de marcha é o setor que organiza as ocupações de terra, marchas” (V. C. 2016). Esse setor é responsável pela organização e preparação das famílias, para caso encontrem impedimento, saibam como proceder.



O [...] o setor de produção tem como tarefa fundamental ajudar e preparar as famílias acampadas para o assentamento” (V. C. 2016). Depois de acampadas e com a conquista das terras, essas famílias passam por um processo de assumir a posse da terra. Este setor tem como objetivo orientar esse novo passo na luta e ainda “[...] ajudar a organizar a produção, fundamentalmente através da cooperação agrícola, que vai desde a associação agrícola à agroindústria” (V. C. 2016), a cooperação agrícola se refere às parcerias entre os assentados.

Há ainda o

o setor de formação, que se preocupa, fundamentalmente, com a formação política e ideológica, uma das expressões maiores do movimento, da própria formação de pessoas, com outra perspectiva societária, [na perspectiva do movimento?], na perspectiva do socialismo, que é também a perspectiva do movimento, então ela é entendida como práxis, a ação concreta refletida em ação de novo, esse movimento incessante, da luta e da realidade, então, essa é a maior parte da nossa formação, nós temos 100 mil famílias nos acampamentos hoje, no Brasil afora, então nós temos 100 pessoas que de alguma maneira está passando por um processo de formação, as escolas nossas é onde tem o menor número de pessoas participando dessa formação, por que lá é a formação de militantes, de lideranças. Aqui em MT, nós temos o nosso centro de formação, que é em Várzea Grande, tem uma capacidade pra 200 pessoas, que ali, reúne a companheirada pra estudar, pra produzir, pra trabalhar, nessa relação mais ampla da formação, na sua teoria. A teoria é a menor parte da nossa formação [é mais ação?] é mais ação, claro que não está rompido, mas a ação consegue transformar mais que a teoria. O setor de finanças, que é responsável pra discutir com a família a contribuição financeira com o movimento e a contribuição é extremamente voluntária, [...] enfim, finanças no movimento é mais que dinheiro, por mais que precise do dinheiro pra pagar energia, a relação do mercado, não tem como evitar uma relação mercantil, mas a maioria das nossas atividades são autossustentada pelas próprias famílias [...] e claro, tem a solidariedade de classe, o pessoal do movimento sindical urbano com perspectiva progressista de esquerda também contribui com material, contribui pra pagar uma passagem, pagar um som. Nós temos os setores de gênero, que debate essa relação dentro do movimento sem-terra e o

movimento das mulheres sem-terra (Entrevista realizada no dia 07 de março na secretaria do MST/MT).

Essa divisão é feita como forma de fortalecimento do movimento. Cada setor tendo um líder responsável, somente por ele faz com que a dedicação seja total e, conseqüentemente, haja mais chance de fazer o melhor pelo grupo, e tem ainda a formação de novas lideranças para o setor, que faz com que o atual líder mantenha a boa conduta.

Para decidir as formas de manifestações são realizadas instâncias, estas são reuniões de decisão que iniciam na base e depois é debatido com as lideranças. Dessa maneira leva-se em conta o que os assentados requerem. Mas as formas submetem-se às necessidades. “E quando decidir as outras formas de manifestação?” (pergunta do entrevistador) “A partir da necessidade, o que move é a necessidade” (Entrevista realizada no dia 07 de março na Secretaria do MST/MT).

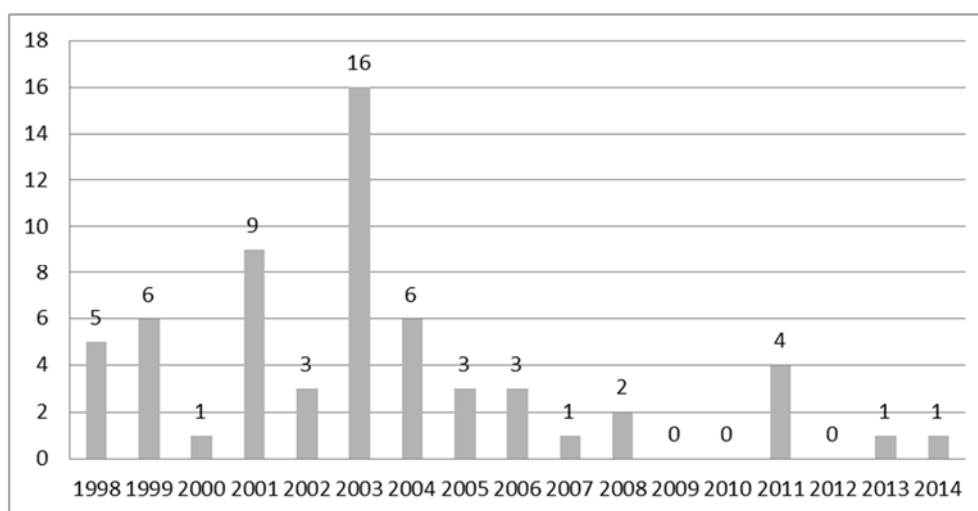
Para compreendermos ainda melhor os dados, durante a entrevista, o entrevistado nos esclareceu pontos chaves para entender-se o movimento e sua forma de atuação.

Em entrevista realizada com diretor estadual podemos esclarecer algumas dúvidas sobre o movimento no estado e no Brasil, visto que a organização permite a atuação no nível nacional. Este único encontro foi decisivo para a elaboração deste trabalho ao que diz respeito ao movimento local.

Há momentos em que você não pode fazer ocupação, quando não tem muita gente pra participar, porque na ocupação você pode enfrentar de pistoleiro à polícia, e a polícia, se perceber um movimento de acampamento, vai lá fazer um bico de segurança pro fazendeiro e atua como pistoleiro profissional (Entrevista realizada com liderança do MST (Entrevista realizada no dia 07 de março na secretaria do MST/MT).

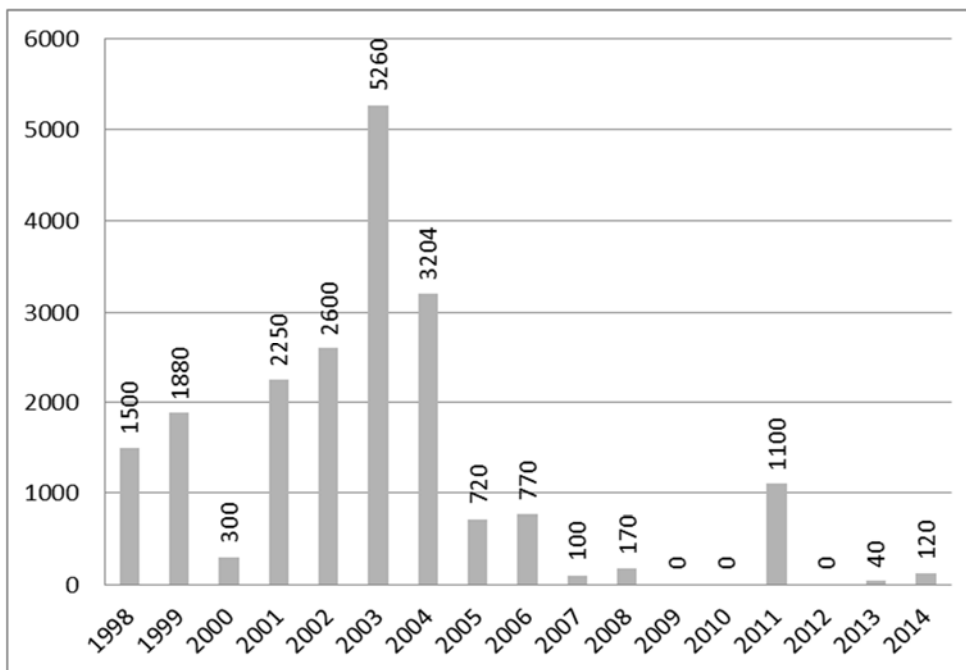
Esta é a forma encontrada para minimizar a violência contra os manifestantes, a participação de famílias inteiras. Essa forma de protesto se dá quando há maior participação de pessoas, com famílias inteiras, e que podem ficar acampadas por anos.

A Figura 1 mostra a quantidade de ocupações realizadas por ano pelo movimento no estado. Vemos que a ocupação ocorre desde o período em que os movimentos eram perseguidos – e o auge de participação foi em 2003, momento em que foi eleito presidente um representante do partido dos trabalhadores com viés popular. Porém, mesmo com a permanência do partido até o último ano houve um declínio nessa forma de luta. Podemos fazer uma leitura dessa diminuição da atuação como conflito de interesses políticos, e em outro momento fazer uma averiguação mais profunda do caso.



**Figura 1.** Gráfico de número de ocupações do MST em Mato Grosso (1988-2014).  
Fonte: DATALUTA (2015). Organizado pelo autor.

Como observamos na Figura 2, de número de famílias em ocupações, entre 1998 e 2002, a máxima foi de 2600 famílias. A máxima registrada foi em 2003 com 5260 famílias. Nos anos seguintes esses números reduziram consideravelmente, chegou a zero nos anos de 2009, 2010 e 2012. Na última década, em 2011, houve a maior participação de famílias em ocupações, com 1100 famílias.



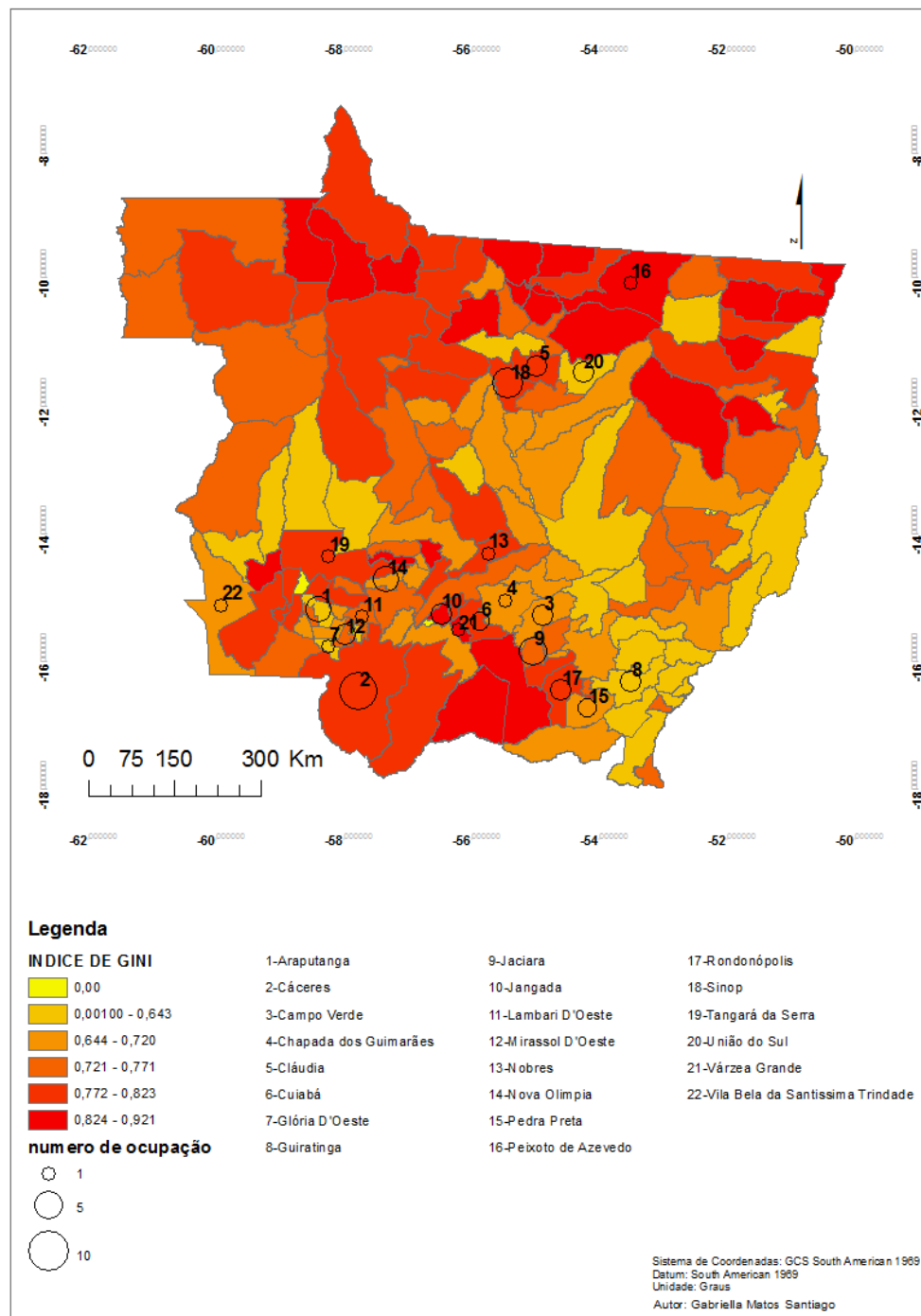
**Figura 2.** Gráfico de número famílias em ocupações pelo MST em Mato Grosso (1988-2014).

Fonte: DATALUTA (2015). Organizado pelo autor.

Na Figura 3 verifica-se os municípios com concentração de fundiária no estado e o número de ocupações realizadas pelo MST no período de 1988-2014. Nos municípios de Cáceres e Sinop houve maior número de ocupações e seu índice de concentração fica em torno de 0,772-0,823. As ocupações obedecem a critérios do MST, como descreve o entrevistado a seguir,

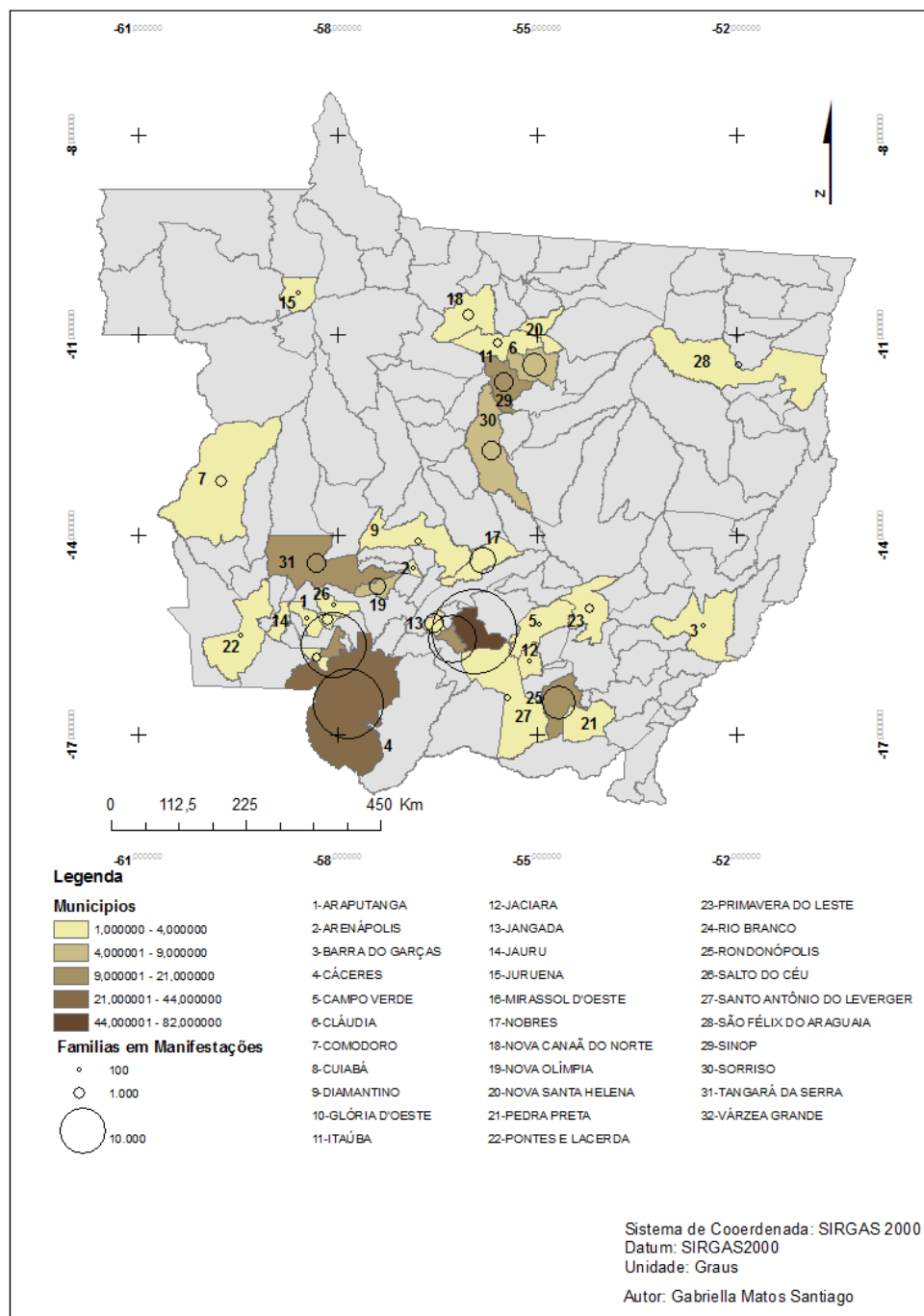
o critério pra que a sua terra seja desapropriada, além de ela ser um latifúndio, que já é, ela tem que beneficiar as famílias, e pra beneficiar as famílias ela precisa ser fértil, ter água e estar bem localizada, se não for isso não adianta vim oferecer terra pra mim (Entrevista realizada no dia 07 de março na secretaria do MST/MT).

Na Figura 4 é feita a espacialização do número de manifestações e o número de famílias que participaram destas. O município de Cuiabá é onde mais ocorre manifestações, com mais de dez mil participantes. Seguido de Cáceres e Sinop, nesta mesma faixa, encontra-se os municípios de Tangara da Serra, Várzea Grande e Mirassol D'Oeste. Nos outros municípios a participação é menor ou nula. Isto porque o movimento não atua em todo território estadual. Mas apenas em alguns municípios.



**Figura 3.** Mapa de Mato Grosso: Índice de GINI e das Ocupações por Município 1988-2014

Fonte: DATALUTA (2015). Organizado pelo autor.



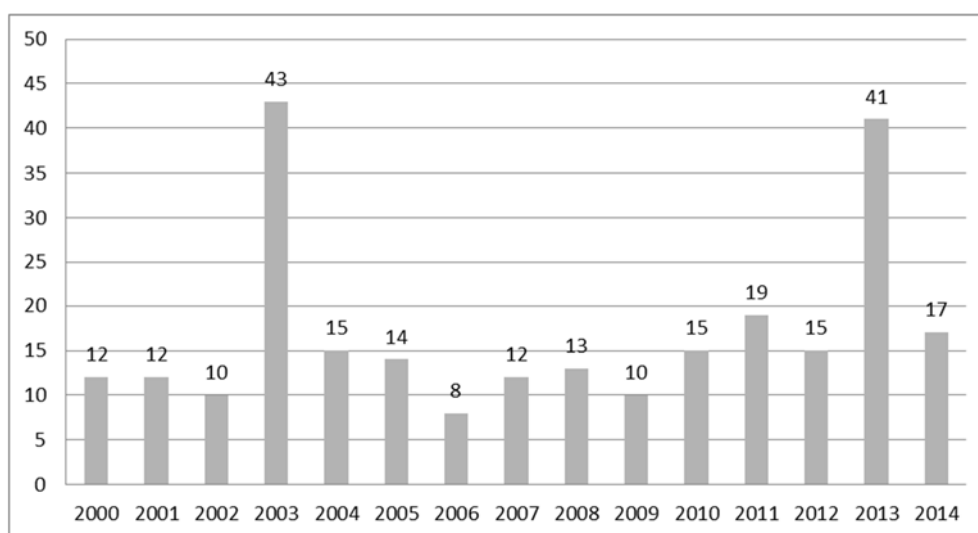
**Figura 4.** Mapa de Manifestações e Número de Famílias do MST em Mato Grosso (2000-2014)

Fonte: DATALUTA (2015). Organizado pelo autor.

As manifestações são divididas em algumas formas de atuação para a manutenção no território conquistado, chamando atenção das instituições responsáveis, entre essas formas há o bloqueio de rodovia, que é o mais divulgado. Dividem-se em setores de atuação, que servem para organização e preparação. Pois enfrentam

diversas formas de violência, e é importante preparar as famílias para os acampamentos e manifestações.

A Figura 5 demonstra com exatidão as manifestações que ocorreram no estado de 2000 a 2014. Com o nível muito próximo ao de famílias, os anos de 2003 e 2013 tiveram maior atuação do movimento.

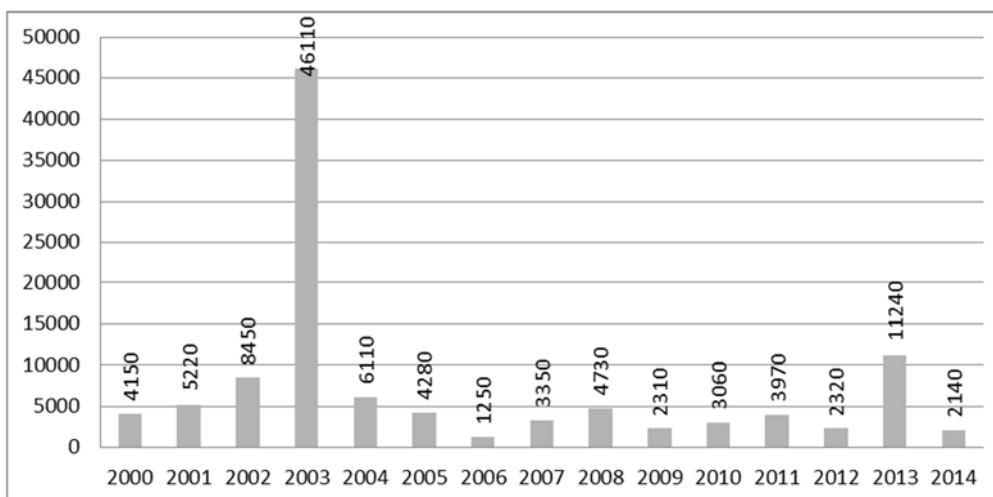


**Figura 5.** Gráfico de número de manifestações – MST/ 2000 a 2014 em Mato Grosso  
Fonte: DATALUTA (2015). Organizado pelo autor.

A Figura 6 mostra o número de pessoas nas manifestações entre 2000 e 2014, em 1,4 de década o auge foi em 2003 com 46.110 famílias. Manteve-se em torno de dois a três mil pessoas nos outros anos.

Nas Figuras 5 e 6, observamos expressiva participação no ano de 2003 e ainda uma alta no ano de 2013. Pensando a respeito disso, devem-se considerar as interações políticas e sociais nos períodos. No ano de 2003, assume a presidência um político de base social. Assim, houve de fato um aumento na aceitação por parte dos movimentos

Para o entrevistado a mídia não mostra de forma imparcial o MST, ela manipula a informação de acordo com seus interesses: *“Qual é o papel da mídia na divulgação desses eventos?”* (entrevistador). É de combate, de criminalização, de criminalizar o movimento, que é baderna, vandalismo, que é turma de preguiçoso. *Você acha que eles conseguem noticiar todas as manifestações?* (entrevistador). A partir do interesse deles, sim. Por exemplo, eles não noticiam o bom funcionamento das escolas nos assentamentos e a meninada aprendendo. Não vão” (Entrevista realizada no dia 07 de março na secretaria do MST/MT).



**Figura 6.** Gráfico de número de pessoas em manifestações/MST – 2000 a 2014 em Mato Grosso

Fonte: DATALUTA (2015). Organizado pelo autor.

Conseqüentemente, o movimento divulga suas próprias informações no site do MST, [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) e conta ainda com os trabalhos que são publicados pela editora expressão popular, que é do movimento. “Os professores sérios, comprometidos, a maioria dos livros que usam é de lá. E mesmo não sendo do PRONERA, é um material científico, de boa qualidade, e os autores doam, não cobram os direitos autorais, então isso também facilita os livros serem bem baratinhos” (Entrevista realizada no dia 07 de março na secretaria do MST/MT).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento crescente no estado de Mato Grosso. Não está presente nos 141 municípios, contudo, tem buscado o assentamento das famílias que fazem parte do grupo, principalmente, a sua permanência nos assentamentos com condições dignas de sobrevivência, como o entrevistado proferiu: “o campo como espaço de produção e reprodução da vida; como um espaço de aprendizado e com educação voltada para as realidades do campo” (Entrevista realizada no dia 07 de março na Secretaria do MST/MT).

Desde as últimas eleições estamos passando por momentos de crise econômica e ideológica. Neste cenário há quem prega o consumo como solução para manter e/ou estabilizar a economia e contra eles estão os movimentos sociais organizados, entre eles o MST, que prefere reduzir as desigualdades geradas pela crise diminuindo a diferença entre as classes sociais.

Nos dados analisados neste trabalho observamos a diferença de acontecimentos (ou não) de eventos ao longo dos anos. Assim, mesmo a mídia manipulando as



informações, é possível identificar as diferenciações nos determinados momentos políticos.

Esse primeiro modelo colonizador serviu de base para a construção social na época e ainda hoje sentimos os efeitos.

## REFERÊNCIAS

BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, a. 8, n. 6, janeiro/junho de 2005, ISSN 1806-6755.

GECA, Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal/UFMT. Coordenação: Rossetto, Onélia Carmem. Girardi, Eduardo Paulon. Cuiabá, Mato Grosso. Dezembro de 2015. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – Mato Grosso: Relatório 2014.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai-ago. 2011.

MATOS, P. F.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Apropriação do Cerrado pelo Agronegócio e os Novos Usos do Território. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. Cap. 8, p. 104-179. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. Brasiliense, Brasília. 2017.

RIBEIRO, R. M.; JUNIOR, J. C. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 75-112, fev., 2011.

ROSSETTO, O. C.; SOUZA, M. B. de. Reorganização da estrutura fundiária no Pantanal Mato-grossense: os assentamentos da reforma agrária Corixinha, Katira, Água Boa e Bom Sucesso em Cáceres-MT. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, n. 63, Cuiabá, 2005.

SILVA, J. G. **O que é Questão Agrária?** 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

STEDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 15-31.

STEDILE, João Pedro (Org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850. In: STEDILE, João Pedro (Org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 283-291.

Contato com o autor: Gabriella Matos Santiago <gsantiagom@gmail.com>

Recebido em: 25/01/2019

Aprovado em: 27/12/2019